



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640032 - SP (2021/0012642-9)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : ALESSANDRO CORREIA SILVA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALESSANDRO CORREIA SILVA (PRESO)  
**OUTRO NOME** : ALESSANDRO CORREIA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado por ALESSANDRO CORREIA SILVA, de próprio punho, em que aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Ao que se pode deduzir, o paciente, condenado por tráfico de drogas, não se conforma com o regime inicial da pena (fechado).

Requer, liminarmente e no mérito, a alteração do regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou documento comprobatório de suas alegações. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Considerando o princípio da ampla defesa, intime-se a Defensoria Pública com cópia da presente impetração e desta decisão, a fim de que adote as medidas cabíveis.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia das peças que possam demonstrar a situação processual do ora impetrante.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência